

PARECER Nº /2019

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

PROJETO DE LEI Nº 93/2019

OBJETO: Altera dispositivos da Lei n.º 3.074, de 23 de março de 2017, que “reorganiza e reestrutura a estrutura administrativa, organizacional e institucional da Prefeitura Unaí e dá outras providências.

AUTOR: PREFEITO JOSÉ GOMES BRANQUINHO

RELATORA: VEREADORA ANDRÉA MACHADO

REGIME DE URGÊNCIA

1. Relatório

De iniciativa do digno Prefeito José Gomes Branquinho, o Projeto de Lei nº 93/2019 objetiva: Altera dispositivos da Lei n.º 3.074, de 23 de março de 2017, que “reorganiza e reestrutura a estrutura administrativa, organizacional e institucional da Prefeitura Unaí e dá outras providências.

Recebido, o Projeto de Lei nº 93/2019 foi distribuído à Douta Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos por força do disposto no art. 102, I, ‘a’ e ‘g’, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, para exame e parecer nos termos e prazos regimentais.

2.1. Fundamentação

A Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos por força do disposto no art. 102, I, ‘a’ e ‘g’, do Regimento Interno desta Casa Legislativa é competente para apreciação da matéria constante do Projeto de Lei nº 93/2019, senão vejamos:

Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:

I - à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos:

a) manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental de projetos, emendas, substitutivos e requerimentos sujeitos à apreciação da Câmara;

(...)

g) admissibilidade de proposições;

(...)

A Lei Orgânica do Município prevê que:

Art. 17. Compete privativamente ao Município:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)

XI - estabelecer o regime jurídico único de seus servidores, observada a diversificação quanto aos da administração direta, da autárquica e da fundacional em relação aos das demais entidades da administração indireta;

Art. 69. É de exclusiva competência do Prefeito Municipal a iniciativa das leis que:

I - disponham sobre a criação de cargos e funções públicos da administração direta, autárquica e fundacional e a fixação da respectiva remuneração;

II - estabeleça o regime jurídico único dos servidores públicos dos órgãos da administração direta, autárquica e funcional, incluindo o provimento de cargo, estabilidade e aposentadoria;

(...)

Ademais, a iniciativa da matéria em debate é privativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 61, § 1º, II, “a” e “c” da Constituição Federal, aplicável ao Município em decorrência do princípio hermenêutico da simetria das formas.

Logo, quanto à competência para propor o Projeto não há vício de iniciativa, já que a presente proposição foi enviada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

A Mensagem n.º 309/2019 constante do Projeto de Lei enviado e que serve de fundamento para explicação das alterações propostas, informa entre outras questões que:

Tramita nesta r. Casa Legislativa Projeto de Lei que objetiva instituir o serviço de Residências Inclusivas no Município de Unaí. Trata-se de serviço de acolhimento, no âmbito da Proteção Social de Alta Complexidade do SUAS para jovens e adultos com deficiência, em situação de risco, em situação de dependência e que não disponham de condições de auto sustentabilidade ou de retaguarda familiar em consonância com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Desta feita, faz-se necessário criar um cargo de Coordenador, como no caso das Casas Lares. O Coordenador de Residências Inclusivas será o responsável pela gestão do serviço, por elaborar o plano individual de acolhimento, pela coordenação do funcionamento da residência, dentre outras atribuições.

Assim, faz-se necessário alterar a Lei nº 3.074, de 2017 para inserir na estrutura administrativa a referida Coordenação, bem como o cargo de Coordenar de Residências Inclusivas. Outrossim, importante ressaltar que os demais funcionários, serão servidores de provimento efetivo, do quadro permanente da Prefeitura Municipal de Unaí.

O Relatório de Impacto Orçamentário e Financeiro, será encaminhado oportunamente.

Importante salientar que a criação de serviço de Residências Inclusivas em Unaí, visa atender a demanda existente na cidade e, ainda, cumprir recomendação judicial de criação do serviço.

Na decisão judicial do processo nº 1.070.18.004473-4/001 – o Egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais, de 2ª Instância, se manifestou:

“..... É consenso que L.A.F requer cuidados especiais, **no entanto, o Município de Unaí não dispõe de um serviço apropriado** para atendê-lo, com especificidade que requer uma pessoa com deficiência, em sistema de Acolhimento. De acordo com os preceitos normativos da política de Assistência Social, especificamente do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, o serviço adequado para a situação L.A.F é a implantação das **Residências Inclusivas** para Pessoas com Deficiência”. (grifos nossos).

Outrossim, tramitam outras ações no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG, como por exemplo, o processo nº 0062361-77.2019.8.13.0704, no qual a MM. Juíza do Juizado Especial de Unaí, se manifestou, nos seguintes termos:

“...situações como a presente vem se repetindo, o que demonstra que **“o Município precisa criar urgentemente um serviço específico para atendimento de jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, em Residência Inclusiva, haja vista a existência de outros casos que demandam este atendimento”**, conforme ressaltado pelo setor psicossocial deste juízo em caso análogo.

Assim, este relator entende que os assuntos foram trazidos pela Prefeitura sendo que a aplicação da lei se dará pelo próprio Poder Executivo.

2.2 Da emenda

A redação do artigo 6º do projeto de lei deve sofrer alteração para constar no texto da proposição – e não somente no anexo - a criação do cargo de Coordenador de Residências Inclusivas.

Desta forma, faz-se necessária a apresentação de emenda com o seguinte teor:

Art.6º Fica criado 1 (um) cargo de Coordenador de Residências Inclusivas, de livre nomeação e exoneração, de recrutamento amplo, com vencimento de R\$ 3.051,92 (três mil cinquenta e um reais e noventa e dois centavos), que passa a constar no Anexo I da Lei n.º 3.074, de 2017, acrescentado do item 52, na forma do Anexo I desta Lei.

2.3 Do envio da matéria às outras Comissões Permanentes da Casa

Este relator entende que a matéria deverá ser encaminhada para apreciação também à Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas.

No que concerne à técnica legislativa, as correções serão feitas em momento oportuno.

Este relator junta ao presente parecer o relatório de impacto orçamentário financeiro enviado pela Prefeitura. Tal documento será devidamente analisado na Comissão de Finanças.

3. Conclusão

Pelo exposto, opino pela aprovação do Projeto de Lei nº 93/2019 com a apresentação de emenda.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 16 de dezembro de 2019.

VEREADORA ANDRÉA MACHADO
Relatora Designada

EMENDA N.º AO PROJETO DE LEI N.º 93/2019

Altera-se o artigo 6º do Projeto de Lei n.º 93/2019 para a seguinte redação:

“Art.6º Fica criado 1 (um) cargo de Coordenador de Residências Inclusivas, de livre nomeação e exoneração, de recrutamento amplo, com vencimento de R\$ 3.051,92 (três mil cinquenta e um reais e noventa e dois centavos), que passa a constar no Anexo I da Lei n.º 3.074, de 2017, acrescentado do item 52, na forma do Anexo I desta Lei”. (NR)

Unaí (MG), 16 de dezembro de 2019; 75º da Instalação do Município de Unaí.

VEREADORA ANDRÉA MACHADO
Relatora Designada